**GRUPO DE TRABALHO ESTADUAL SOBRE A ESCUTA ESPECIALIZADA[[1]](#endnote-2)**

**ROTEIRO PROPOSTO PARA A**

**ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DA ESCUTA ESPECIALIZADA**

**Capa**

**I – Apresentação** (Introdução da escuta especializada, Justificativa da importância da escuta e do protocolo, Metodologia de como foi elaborado o protocolo, quem envolveu, como, onde, quantos encontros....)

**II – Marco Legal** (Legislações que embassaram o protocolo)

**III – Objetivo Geral   
IV – Objetivos específicos**

**V – Alinhamentos Conceituais** (tipos de violência, , denúncia anônima,ocorrência policial entre outros;e tipos de procedimentos intersetoriais (revelação espontânea, acolhida, atendimento inicial, escuta especializada, encaminhamentos, compartilhamento de informações, atendimentos de saúde, atendimentos do SUAS).

**VI – Financiamento das ações** (fundos das políticas e fundo da criança e adolescente – FIA)

**VII – Capacitações**

1. Conteúdo mínimo para validação de capacitação dos profissionais de referência das diferentes políticas que irão realizar a entrevista de escuta esepcializada, conforme normativas vigentes:

a.1) a importância do fluxo local para definir necessidade de realização da escuta: formas de encaminhamento, articulação da rede de proteção, prioridade do atendimento.

a.2) Noções básicas sobre memória e sugestão: funcionamento da memória, formas de distorção e contaminação da memória, boas práticas x práticas sugestivas de abordagem.

a.3) Procedimento de entrevista: fases, tipos de perguntas (técnicas de entrevista) e setting.

a.4) Compartilhamento de informações e acompanhamento do caso: verificação de intervenções anteriores e outras fontes de informação, preenchimento e encaminhamento do formulário, providências de acompanhamento do caso.

\* Prever reciclagem anual. Cursos preferencialmente presenciais.

1. Conteúdo mínimo para validação de cursos ou sensibilizações para os demais profissionais de referência:

b.1) fluxo local e intersetorial frente à suspeita ou revelação de violência, incluindo ferramenta de compartilhamento de informações

b.2) boas práticas de acolhida e escuta diante da revelação espontânea

b.3) especificiadades dos fluxos internos (dadas as especificiadades dos serviços, sugere-se que todas as políticas capacitem internamente e intersetorialmente seus profissionais)

c) planejamento conjunto de campanhas para informar e sensibilizar a comunidade geral quanto às ações adequadas diante da suspeita e/ou confirmação de violência, de modo a proteger e não constranger a criança/adolescente.

**VIII - Atuação específica de cada órgão** (Secretaria de Saúde, Secretareia de AS, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Segurança Pública, CMDCA)

**IX - Fluxo de Atendimento**

**X – Acompanhamento dos encaminhamentos realizados pela Rede**

**XI – Critérios aos profissionais de referência aptos para a realização da entrevista da escuta** (aqui pode-se definir quais os critérios serão considerados para os profissionais estarem aptos a escuta)

**ANEXOS:**  
1. Resolução do Comitê de Gestão Colegiada

2. Profissionais de Referência e Suplentes   
3. Modelo do Formulário de Registro para compartilhamento de Informação na Rede

1. Formado pelo Ministério Público de Santa Catarina – MPSC (Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS (Diretoria de Assistência Social e Diretoria de Direitos Humanos), Secretaria de Estado da Saúde – SES e Federação catarinense de Municípios – FECAM (Assessoria em Assistência Social e Educação). [↑](#endnote-ref-2)